



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO DO CAMPO

LUANA BATISTA DA SILVA

**O LIVRO DIDÁTICO DA EJA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
NUMA ESCOLA DO CAMPO**

JOÃO PESSOA-PB
2020

LUANA BATISTA DA SILVA

**O LIVRO DIDÁTICO DA EJA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
NUMA ESCOLA DO CAMPO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como
requisito obrigatório para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Célia Silva
Menezes

JOÃO PESSOA-PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586l Silva, Luana Batista da.

O LIVRO DIDÁTICO DA EJA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NUMA ESCOLA DO CAMPO / Luana Batista da
Silva. - João Pessoa, 2020.

55 f. : il.

Orientação: Ana Célia Silva Menezes.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Livro didático. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3.
Educação do Campo. I. Menezes, Ana Célia Silva. II.
Título.

UFPB/BC

LUANA BATISTA DA SILVA

**O LIVRO DIDÁTICO DA EJA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NUMA ESCOLA DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora do
Curso de Pedagogia do Campo da
Universidade Federal da Paraíba– UFPB,
em cumprimento às exigências para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Data de aprovação: 16/04/2020

BANCA EXAMINADORA

Ana Célia Silva Menezes

Prof. Dra. Ana Célia Silva Menezes - (UFPB) - Orientadora

Gislaine

Prof. Dra. Gislaine da Nóbrega Chaves - (UFPB) — Examinadora

Quêzia Vila Flor Furtado

Prof.^a Dra. Quêzia Vila Flor Furtado - (UFPB) – Examinadora

Dedico esse trabalho a mim, a meus pais, meu irmão, minha tia e meu namorado, por todo o incentivo que me deram durante essa jornada de cinco anos no curso de pedagogia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente ao meu Deus e a minha mãe Maria Santíssima por terem caminhado comigo todos os dias, me abençoando, me guardando e permitindo que eu estivesse aqui hoje.

Agradeço, a minha família, em especial, pai e mãe, que me incentivaram dia após dia e não permitiram que eu desistisse mesmo quando tudo estava difícil.

Agradeço, ao meu maravilhoso namorado Arthur que segurou minhas mãos quando tudo parecia impossível. Que sempre acreditou em mim e que me lembrou todos os dias que eu não estava só.

Também as amigas que construí no decorrer do curso e que ficarão guardadas em meu coração para sempre.

Por fim, agradeço à minha orientadora Ana Célia, que me instruiu da melhor forma possível no decorrer desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho trata do Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos nos anos iniciais do Ensino Fundamental numa Escola do Campo. Levantamos como questão central dessa investigação o seguinte questionamento: O livro didático da EJA corresponde aos interesses e necessidades de aprendizagem dos educandos? A partir dessa indagação temos como objetivo geral compreender o nível de adequação do livro didático da Educação de Jovens e Adultos aos interesses e necessidades de aprendizagem dos educandos dos anos iniciais do ensino fundamental e refletir sobre as especificidades da Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos; problematizar o papel do Livro didático da EJA no Campo. Para ajudar em nossa discussão, usamos como fundamentação teórica os estudos de ARROYO (1999), KOLLING, CERIOLI e CALDART (2002) e MOLINA (2008) que discutem a respeito da Educação do Campo. Para a Educação de Jovens e Adultos, serão ressaltados os autores FREIRE (1987) e PINTO (2003). Por fim, foi destacado MUNAKATA (2012) que discorre sobre o Livro Didático. Trata-se de uma pesquisa de campo, complementada por uma análise bibliográfica com abordagem qualitativa e estudo de caso. Como instrumento da pesquisa de campo utilizamos entrevista semiestruturada realizada com uma professora e 5 discentes da EJA. Ao final da pesquisa chegamos aos seguintes resultados: o livro didático utilizado pela EJA na Escola Municipal Dr. Antônio Galvão Cavalcanti não atende as necessidades dos alunos, uma vez que os conteúdos indicados não fazem parte da realidade dos Jovens e Adultos do campo, assim também como o padrão não corresponde ao nível de aprendizagem desses sujeitos. Em relação a avaliação do livro, os educandos revelaram sentir falta de questões que sejam significativas para eles, assim como a professora disse notar essa carência de ideias que possam ser trabalhadas de forma mais direta e significativa. O trabalho apontou ainda que o Livro Didático da EJA vem sendo utilizado de maneira instável no dia a dia dessa turma em questão, pois a qualidade desse material está muito distante dos princípios e especificidades defendidos tanto pelo Movimento de Educação do Campo, quanto pelo Movimento da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: **Livro didático, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo.**

ABSTRACT

The present work deals with the Educational Didactic Book for Youth and Adults in the Early Years of Elementary School in a Field School. We raised the central question of this investigation or the following question: Does the EJA textbook correspond to the students' interests and learning requirements? From this question, we have as a general objective to understand the level of adequacy of the Didactic Book of Youth and Adult Education for the interests and learning needs of students in the early years of elementary school and to reflect on the specificities of Field Education and Youth and adult education; To problematize the role of the EJA Didactic Book in the Field. To help in our discussion, use as a theoretical foundation the studies of ARROYO (1999), KOLLING, CERIOLI and CALDART (2002) and MOLINA (2008) that discuss the respect of Rural Education. For Youth and Adult Education, the authors FREIRE (1987) and PINTO (2003) will emphasize. Finally, MUNAKATA (2012) was highlighted, which discusses the Didactic Book. It is a field research, complemented by a bibliographic analysis with a qualitative approach and a case study. As a field research instrument, it uses the semi-structured interview conducted with a teacher and 5 EJA students. At the end of the research, we reached the following results: the Didactic Book used by EJA at the Municipal School Dr. Antônio Galvão Cavalcanti does not meet the requirements of the students, since the contents indicated are not part of the reality of the Youth and Adults in the field, as well also as the standard does not correspond to the level of learning of these subjects. In relation to the evaluation of the book, the students reveal that they feel the lack of questions that are considered for them, just as the teacher said that this lack of ideas can be worked on in a more direct and meaningful way. The work pointed out yet for the EJA Didactic Book has been used in an unstable way on the day from that point in question, because the quality of this material is very distant from the principles and specificities defended both by the Movement of Rural Education and by the Movement of Education of Youth and Adults.

Keywords: Didactic Book, Youth and adult education and Rural education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
EF	Ensino Fundamental
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CONFINTEA	Conferência sobre Educação de Jovens e Adultos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ANC	Congresso Nacional da África do Sul
SWAPO	West Africa's People Organization
ONG	Organização não Governamental
ICAE	Instituto Coroados de Aprendizagem e Estágio
REPEM	Red de Educación Popular Entre Mujeres
GEO	The Gender And Education Office
GRALE	Global Report on Adult Learning and Education
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
AEE	Atendimento Educacional Especializado
PNLD – EJA	Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1 – Imagem da Escola	32
Figura 2 – Imagem do Livro Didático	38
Figura 3 – Imagem das questões do Livro Didático	40
Figura 4 – Imagem das questões do Livro Didático	41
Quadro 1 – Calendário de Atendimento PNLD – EJA- 2009.....	30
Quadro 2 – Identificação dos sujeitos entrevistados.....	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS	14
3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	21
3.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS	23
3.2 O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	29
4 METODOLOGIA	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO E INSTRUMENTOS DA PESQUISA	34
4.2 CAMPO DE PESQUISA.....	35
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	36
5 PESQUISA: DADOS E RESULTADOS.....	37
5.1 PERFIL DOS EDUCANDOS ENTREVISTADOS	37
5.2 PERFIL DA PROFESSORA ENTREVISTADA.....	38
5.3 UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DURANTE AS AULAS	41
5.4 SOBRE CONTEÚDOS E ATIVIDADES DO LIVRO DIDÁTICO DA EJA.....	43
5.5 RELAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COM A REALIDADE DO JOVEM ADULTO DO CAMPO: O QUE APARECE E O QUE FICA SILENCIADO.....	46
5.6 AVALIAÇÃO DO LIVRO SEGUNDO O OLHAR DO EDUCANDO E EDUCADORA	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES	53
APÊNDICE - A - ROTEIROS PARA ENTREVISTAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata de questões relativas ao Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no contexto do campo. Partimos do entendimento da importância do Livro didático no processo de ensino e no desenvolvimento da aprendizagem dos educandos e, como este muitas vezes mostra-se inadequado ao nível dos estudantes da EJA. Nesse sentido nos propomos a construir uma pesquisa que proporcione maior compreensão desse impasse.

Livro didático é um artefato pedagógico utilizado no processo de ensino e aprendizagem desde o advento da escola moderna. Contudo, somente a partir da década de 1990 o poder público brasileiro institui um Programa amplo de produção e distribuição desse recurso didático para as escolas públicas.

Importante lembrar que, sobretudo a partir da década de 1990, a função e o uso desse instrumento didático se torna objeto de pesquisas e, conseqüentemente, de debates e controvérsias que não vem ao caso, aqui discuti-las. Queremos somente afirmar a importância político-pedagógica do livro didático uma vez que hoje ele chega a todas as escolas brasileiras e que, muitas vezes é o único ou mais acessível recurso didático do professor nas suas aulas.

A escolha do objeto dessa pesquisa se dá a partir de algumas experiências que tivemos durante o período de estágio obrigatório que foi realizado em turmas de EJA anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), onde sempre foi inviável o uso do livro didático nas atividades em que foi necessário o apoio do livro, uma vez que este material não era compatível com o nível de entendimento dos educandos, dificultando assim o desenvolvimento das atividades que haviam sido pensadas previamente. Ao nos depararmos com o descuido existente na construção dos conteúdos que são ofertados no livro didático de todas as turmas da Educação de Jovens e Adultos as quais tivemos contato, nos questionamos o que os educandos e educadores pensam a respeito dessa realidade, seus questionamentos e os possíveis impasses que existe no cotidiano das salas de aulas.

O desejo de investigar como todo esse processo acontece, desde a escolha do livro, até a opinião dos educandos e professores, sempre aguçaram nossa curiosidade e nos fizeram optar por tal temática para que assim seja possível encontrar respostas que contribuam em nossa formação acadêmica e profissional.

É importante discutir o livro para além da compreensão de material didático, mas sobretudo como um elemento da política educacional e direito dos estudantes. A qualidade do

material didático revela o compromisso do estado com a qualidade da educação e garantia da aprendizagem dos educandos.

Do ponto de vista pedagógico, a pesquisa nos possibilita compreender ainda mais, o porquê em inúmeras situações o professor não utiliza o livro que é fornecido pelo município ou Estado ou o utiliza muito pouco.

Construímos então nossa pesquisa a partir da seguinte questão: O livro didático da EJA corresponde ao interesses e necessidades de aprendizagem dos educandos? A partir desta indagação temos como objetivo geral compreender o nível de adequação do livro didático de EJA aos interesses e necessidades de aprendizagem dos educandos dos anos iniciais do ensino fundamental no contexto específico do campo. Temos como objetivos específicos: Refletir sobre as especificidades da Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos; problematizar o papel do Livro didático da EJA no Campo; discutir como os professores e educandos percebem o papel do livro didático no processo de ensino e aprendizagem no contexto do campo.

A Fundamentação teórica dessa pesquisa está apoiada nos autores ARROYO (1999), KOLLING, CERIOLI E CALDART (2002) e FERNANDES et al. (2008) que discutem a respeito da Educação do Campo. Para a Educação de Jovens e Adultos, estudamos os autores FREIRE (1987) e PINTO (2003). Por fim, MUNAKATA (2012) fundamentou a discussão sobre livro didático.

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa de campo, complementada por um estudo bibliográfico (livro didático), de caráter qualitativo, configurado num estudo de caso.

Ao analisarmos no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior¹ (CAPES), sobre a temática que estamos trabalhando, foi possível identificar que 829.735 teses e dissertações discorrem sobre a Educação de Jovens e Adultos e que apenas duas referem-se ao contexto do livro didático no contexto do campo. Após realizarmos uma busca na biblioteca central da UFPB, encontramos 5 trabalhos referentes ao livro didático, mas nenhum relacionado ao livro didático para EJA ensino fundamental anos iniciais, isso reforça a relevância da nossa pesquisa.

Isso nos possibilita retomar mais uma vez o quão importante e relevante esse tema é para toda comunidade acadêmica. Estudos como esses precisam ser realizados para que as

¹ Disponível em:

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/biblioteca/processos_tecnicos/pesquisas_acervo/pesquisa_interna/buscaInternaAcervo.jsf Consulta dia 02/04/2020.

mudanças possam acontecer, para que os sujeitos do campo e a Educação de Jovens e Adultos ganhem maior visibilidade e força.

No decorrer do estudo também são evidenciadas argumentações que levam em consideração o uso do livro didático a partir dos professores, como o docente e os discentes percebem esse material que é ou deveria ser instrumento estratégico de apoio pedagógico durante todo processo de aprendizagem.

O trabalho está organizado em seis capítulos. No capítulo I fazemos uma breve introdução, situando o tema pesquisado e apresentando, os objetivos e fundamentação da pesquisa. No capítulo II apresentamos a Educação do campo em seus aspectos conceituais e legais, evidenciando suas concepções e as leis que asseguram a garantia da educação para os sujeitos do campo. No capítulo III explanamos sobre a Educação de Jovens e Adultos, seus elementos, conceitos e também o papel do livro didático na EJA. Posteriormente, no capítulo IV apresentamos nossa metodologia, contendo a caracterização e instrumentos utilizados, sujeitos entrevistados e local onde realizamos nosso estudo de caso. No capítulo V estão os dados e resultados de nossa pesquisa: a utilização do livro didático no cotidiano da sala de aula, seus conteúdos, sua relação com a realidade do jovem adulto do campo e a avaliação que a educadora e estudantes fazem do uso do livro didático.

Para finalizar, nosso capítulo VI traz as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS

A Educação do Campo a partir dos anos de 1990 passou a ser uma pauta bastante debatida em espaços acadêmicos, movimentos e organizações sociais populares, em consequência da mobilização, articulação e realização de encontros nacionais que marcaram esta década.

Segundo Kolling, Cerioli e Caldart (2002), o surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.

A I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo foi um processo de reflexão e de mobilização do povo em favor da uma educação que leve em conta, nos seus conteúdos e na metodologia, o específico do campo. A Secretaria Executiva da conferência, em sua primeira reunião, em setembro de 1997, preparou um calendário de atividades com as seguintes tarefas: a) elaborar os objetivos da conferência; b) providenciar um texto-base; c) prever o cronograma, incluindo, além do evento nacional, em fins de julho de 1998, encontros estaduais, ao longo do primeiro semestre de 1998; d) elaborar o orçamento com os custos de toda a conferência e a montagem de um projeto para a consecução dos recursos necessários; e) prever a infraestrutura para o evento nacional em julho de 1998; f) marcar as datas das reuniões da Coordenação Ampliada e das reuniões da Secretaria Executiva e de uma reunião de treinamento de representantes dos estados em vista dos encontros estaduais no primeiro semestre de 1998, em preparação para o evento nacional da conferência (KOLLING, NERY, MOLINA. 1999, p.10-11).

Isto é, desde as primeiras mobilizações para obter uma Educação do Campo de qualidade e representativa foi pensando nas lutas dos povos pelo direito à terra, à saúde e a essa educação que precisava ser ofertada de acordo com suas referências.

Embora essa educação tenha nascido há muitos anos atrás, as conquistas começaram a fazer parte de suas histórias há pouco tempo, por isso, essa é uma batalha constante tendo-se em vista que ainda existem muitos degraus para subir.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade desse movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p. 18).

É uma educação que busca inteirar-se da vivência dos sujeitos, lhes dando a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos a partir da sua realidade e com o objetivo fundamental de oportunizar o crescimento dentro de sua própria comunidade.

Segundo o Conselho Nacional de Educação a resolução nº 01/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, afirma que:

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 32).

As escolas do campo definem seus princípios a partir dos saberes próprios que cada comunidade possui. Ao contrário da urbana, a escola do campo procura ancorar-se na vivência do sujeito e do corpo local que o mesmo está inserido, oferecendo uma educação específica que beneficia o individual e o coletivo.

Diante disso, é possível observar que já existem leis que garantem o direito à educação embasada na realidade dos sujeitos e que contribua para manter viva a cultura dessas populações, suas raízes, crenças e valorizando seus conhecimentos próprios adquiridos ao longo da sua jornada.

O decreto 7352/2010 institui a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária- PRONERA. O referido decreto dispõe que:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010, s/p).

Reconhecer a Educação do Campo como um elemento da Política Educacional e instituí-la como Política de Estado é fundamental na garantia (ao menos formal) da continuidade das

ações específicas da Educação do Campo. O mesmo decreto especifica quem é essa população designada como do campo.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; (BRASIL, 2010, s/p).

São esses os povos do campo que lutam pela diferença na qualidade da educação, pelos princípios curriculares e pela resistência dos valores. Vale ainda destacar o que o decreto diz sobre a característica de uma Escola do Campo.

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (BRASIL, 2010).

Para ser identificada como escola do campo, a mesma não precisa necessariamente estar em perímetro rural, mas sim, atender aqueles sujeitos que moram no campo e lá produzem sua vida.

O Decreto nº 7.352/2010 é o reflexo da luta que os movimentos sociais do campo vêm protagonizando pela construção de uma Educação do Campo de qualidade e emancipatória. Esse confronto visa o enfrentamento das barreiras de acesso, pondo em prática e identificando o exercício da cidadania.

Somos plural! E assim precisam ser as nossas escolas. Escolas com propostas curriculares próprias, com projetos político-pedagógicos articulados e coerentes com os projetos de vida dos povos; onde os trabalhadores do campo e os povos indígenas sejam protagonizadas e não meros destinatários. Para que tal reivindicação se torne realidade, é importante construir políticas públicas que respeitem e contemplem a alteridade constitutiva do Brasil (CALDART, 2002, p. 79).

Ser plural, significa lutar em conjunto por um bem maior. E essa é a visão de Caldart diante do papel que a escola deve exercer em face de seus educandos e comunidade, pois segundo a ideia que nos foi condicionada este é um lugar que deve instruir e proporcionar os sujeitos o desenvolvimento do senso crítico a vivência democrática ante seus direitos.

O Ministério da Educação por sua vez, mediante da resolução 02/2008 estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Art 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

§1º A Educação do Campo, de responsabilidade do Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica (BRASIL, 2002, s/p).

A Educação do Campo muito tem contribuído com mudança da vida de inúmeras crianças, jovens e adultos, pois tem permitido a estes a oportunidade de enxergarem a própria cultura como meio de crescimento pedagógico e econômico.

Um dos grandes marcos dessa educação está associado a luta dos povos que sempre estiveram em busca de melhorias e oportunidades para os seus. A ausência de políticas públicas que abraçassem essa causa fez com que todo o processo tivesse um início tardio e consequentemente conquistas também tardias.

Parafraseando Emir Sader, o que se pode falar em relação à Educação do Campo é que sua natureza e seu destino estão profundamente ligados ao destino do trabalho no campo e, consequentemente, ao destino das lutas sociais dos trabalhadores e da solução dos embates de projetos que constituem a dinâmica atual do campo brasileiro, da sociedade brasileira, do mundo sob a égide do capitalismo em que vivemos. E ainda que “muitos não queiram”, esta realidade exige posição (teórica sim, mas sobretudo prática, política) de todos os que hoje afirmam trabalhar em nome da Educação do Campo (MÉSZÁROS, 2005).

Desse modo, é possível compreender que as dificuldades sempre acompanharam e continuam a fazer parte da vida dos educandos e comunidade, seja de modo social ou educacional.

Pensar em Educação do Campo nos remete a pensar os sujeitos dessa educação. Aqui destacamos os sujeitos jovens e Adultos do Campo. Estes, ao longo da história da educação brasileira acumulam experiência de negação do direito de estudar.

O censo de 2010, conforme IBGE (2011), aponta por exemplo, que embora no país como um todo a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade tenha se reduzido de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010, ainda chega a 28% nos municípios com até 50 mil habitantes na região Nordeste. Além disso, o percentual de analfabetos entre pretos (14,4%) e pardos (13,0%) era, em 2010, quase o triplo dos brancos (5,9%). No caso do analfabetismo de jovens, a situação da região Nordeste era também preocupante, na medida em que mais de ½ milhão de pessoas de 15 a 24 anos de idade (502.124) declararam que não sabiam ler e escrever. Na região do Semiárido a taxa de analfabetismo também foi bem mais elevada do que a média obtida para o país, mas teve uma redução de 32,6%, em 2000, para 24,3%, em 2010. Entre os analfabetos residentes nessa região, 65% eram pessoas maiores de 60 anos de idade (IBGE, 2011).

Embora as porcentagens possam ter sido reduzidas em alguns aspectos, ainda é possível identificar que existe muito trabalho a ser feito para que as taxas de analfabetismos sejam 100% extintas dos índices brasileiros.

Busca-se uma educação do campo que leve em consideração a identidade cultural dos sujeitos que ali vivem. Por isso, os professores na dinâmica da educação do campo são considerados sujeitos em construção, assim como os alunos.

Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um movimento consciente de construção das escolas do campo como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 24).

É a partir desse olhar que as ações precisam ser pensadas. Analisando como ajudar a comunidade e os sujeitos nesse processo de aprendizagem, de evolução e de humanização.

Aos educadores cabe a tarefa de perguntar-se quem são os sujeitos com os quais compartilham experiências de vida durante o ano letivo, tendo em vista que cada aluno tem sua identidade, sua história e o professor também. Por esse motivo, os professores devem perceber o quanto é importante assumir sua história para que então, possam descobrir a pessoa que está por trás do rosto de cada criança, jovem ou adulto, e então, conheçam sua história, respeitem suas diversidades e seus direitos (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

Com esse pensamento, quanto ao nosso papel de educador, cabe a cada um refletir se as escolhas que são feitas diariamente em salas de aula, suprem as necessidades dos alunos, se sua

vivência cultural e sua carga de conhecimentos gerais estão sendo revertidas para aprimorar sua aprendizagem e desenvolvimento.

Sendo assim, o Conselho Nacional de Educação, institui a resolução n 01/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, afirma que:

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002, p. 32).

Todas as diversidades existentes no campo devem ser respeitadas, exercendo incessantemente o papel democrático, construindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola e também com a comunidade local, pois a mesma se relaciona diretamente com todos os aspectos acima citados.

Dessa forma o Conselho Nacional de Educação designou a resolução 01/2002 que concebeu as Diretrizes Educacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, respaldando:

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuará prendendo assim o exigirem (BRASIL, 2002, p. 32).

A citação acima nos permite compreender que a Educação do Campo tem sido pensada em todos os seus aspectos, sejam eles em espaços físicos, flexibilização curricular, propostas pedagógicas adaptadas, entre outros, levando sempre em consideração a política democrática de igualdade. As diretrizes asseguram que os sujeitos do campo tenham acesso ao ensino embora as condições para isso não sejam as mesmas que habitualmente muitos professores estão acostumados. Todo currículo deve ser organizado de acordo com a vivência dos estudantes, comunidade e com a disponibilidade atual, pois inúmeras vezes os sujeitos precisam conciliar a sala de aula e o trabalho que leva comida para suas mesas.

Na sociedade, a educação se apresenta como um meio de reprodução da cultura. “A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita.” (PINTO, 2010, p. 31). A EJA é uma modalidade de espaço privilegiado nesse aspecto de reflexão crítica sobre a cultura, ou culturas. Nesse sentido, os educadores, os jovens, os adultos e as comunidades do campo devem sentir-se como elemento fundamental no processo desenvolvimento da Educação e da própria escola, enfrentando os desafios que se apresentem trabalhando sempre de forma coletiva e garantindo a consolidação da autonomia dos sujeitos envolvidos.

O desafio dos processos educativos das escolas do campo reside também na apropriação do entorno social e produtivo da população campestre, das realidades que se articulam para a organização, trabalho, saúde e desenvolvimento do campo ao serem introduzidos nos programas curriculares e Projetos Políticos Pedagógicos. Esse é o desafio para que a Escola do Campo cumpra o seu papel de responsável pelo ensino de qualidade e motivador para fixar a vida no campo. Vida essa que precisa ser de qualidade, e essa só será construída se todos os agentes do campo, inclusive a escola, assumirem a agricultura, o desenvolvimento, a cultura como eixo central das suas ações (BERGAMASCO, 2013, p. 12).

O coletivo sempre fará a diferença nas escolas no campo, tendo em vista que a mesma passa a ser um bem social a partir do momento que se insere na realidade dos sujeitos e se põe à disposição para ajudar no crescimento destes e apresentando a educação como um instrumento de mudança que pode beneficiar a própria comunidade em vários aspectos.

Contudo, nessa pesquisa assumimos o desafio de pensar a Educação de Jovens e Adultos no Contexto do Campo, por isso é importante retomarmos alguns elementos conceituais e culturais dessa modalidade de ensino.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A escola é considerada por muitos, um lugar de aprendizagem onde o aluno busca aprimorar seus conhecimentos, vivenciar suas habilidades, e descobrir suas potencialidades. É a partir da experiência entre o teórico e o prático que a transformação começa a acontecer.

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 14).

Na Educação de Jovens e Adultos não é diferente, pois embora algumas pessoas considerem que essa modalidade não apresenta tanta qualidade quanto o ensino regular, a escola tem o dever de exercer a função de proporcionar a esses sujeitos a mesma visão de que eles podem conquistar o que almejam assim como todos os outros que estão dentro da faixa etária considerada convencional.

Para (PINTO, 2010), a educação é a formação do homem pela sociedade em que está inserida, ou seja, é o processo onde a sociedade integra o indivíduo em seu modo de ser social, buscando sua aceitação para atuar em fins coletivos e não individuais. Nessa perspectiva, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 2010).

Nesse sentido, é possível entender que alguns fragmentos que constituem o caráter humano são decorrentes do ambiente em que se vive, pois, a sociedade tem influência sobre o processo educacional do homem.

De acordo com o Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que de ensino as seguintes especificidades:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996. s/p).

A Educação de Jovens e Adultos representa uma nova oportunidade de resgate social para aqueles sujeitos que foram excluídos desde o direito ao domínio da leitura e da escrita, ao direito de continuidade dos estudos. Além de reduzir a exclusão perante algumas situações que exijam deles essa base que é tão essencial para alcançar a independência.

Essa modalidade é uma ação transformadora, iniciada pela garantia do direito à educação onde as experiências escolares da EJA Campo são profundamente intensas, pois elas representam a própria experiência da vida, da luta e do desejo de uma aprendizagem para além da transmissão do conhecimento da ciência e da técnica.

Quando estamos a tratar do conceito de transformação em que o/a aluno/a das classes da EJA do Campo vivem diariamente, no trabalho pedagógico, estamos a afirmar que os elementos do saber pedagógico nos espaços escolares do campo são distintos das experiências urbanas porque tomam os elementos de vida (pessoal, territorial, profissional) que são diferentes. Mas, tomam também elementos que são comuns: o respeito à diferença, um currículo diferenciado que respeita as características do grupo e da comunidade, a formação (específica) do professor, o material pedagógico próprio entre outros (ALENCAR; SANTOS; CARVALHO, 2016, p. 5-6).

Essas particularidades que fazem parte da EJA Campo, nos possibilita compreender quão significativas são as construções que fazem parte dessa educação que busca aprimorar os valores e princípios desses estudantes e comunidade.

Os sujeitos que fazem parte dessa categoria de ensino, buscam o que lhes foi “roubado” por inúmeros motivos, sejam eles financeiros, familiares, sociais, entre outros, que consequentemente lhes incentivaram seguir por esse caminho e que no momento atual estão tentando retornar para as salas de aula por alguma razão.

A Educação de Jovens e Adultos tem como um de seus principais objetivos, ofertar o ensino da rede pública de modo democrático e igualitário.

Em suas obras, Paulo Freire sempre realçou seus interesses sem conceber uma educação de igualdade, que fossem além dos ideais de aprendizagem e do ensino. Deveria ser então concebida a partir de trocas entre professor e aluno em suas relações culturais, no trabalho, na família, etc, “se sempre confiamos no povo, sempre rejeitamos fórmulas doadas, sempre acreditar que tinha algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe” (FREIRE, 2007, p. 110).

A ideia que Freire defende, visa priorizar a qualidade de um ensino democrático junto à oportunidade de mostrara esses educandos que os conhecimentos prévios que cada um traz consigo representa quem eles são e que é possível aprimorar-se dentro de sua própria cultura, através de situações que os mesmos jamais imaginaram. Isto é, desmistificando também o

conceito que o professor é o único detentor de toda sabedoria e pondo em prática a troca de conhecimento que é sempre imprescindível dentro de qualquer ambiente, sendo ele em sala de aula ou não.

Hoje, o ensino da EJA é disponibilizado com aulas presenciais e também através do ensino a distância, buscando assim cumprir o papel de educação para todos. Sabe-se que mesmo ofertando essas duas modalidades acima citadas a Educação de Jovens e Adultos sempre enfrentou inúmeras adversidades, seja pela escassez de materiais disponíveis para serem trabalhados em sala de aula, formação profissional por parte dos professores, baixos índices de matrícula durante o período letivo ou até mesmo ausência dos educadores durante os dias de aula.

Toda questão histórica da EJA está presente não apenas nas escolas urbanas, mas também no campo. Apesar das mesmas estarem localizadas em ambientes diferentes, as circunstâncias são as mesmas, inviabilizando assim a erradicação do analfabetismo.

3.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS

Sabemos que a educação engloba os processos de ensinar e aprender no meio social ao qual estamos inseridos. Essa educação é a grande responsável pelas transformações e evoluções que modificam a nossa sociedade, nossos conhecimentos e autonomia. Hoje, segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988) exposto com a arguição do art. 205, a educação tornou-se direitos de todos.

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 2).

Atualmente, a educação é um bem assegurado por lei que tem o dever de atender todas as pessoas desde a Educação básica até a modalidade de Jovens e Adultos. Por muito tempo, as classes pobres foram retidas do direito a aprendizagem, tornando-se esse, um bem cabido apenas as classes dominantes. Durante alguns anos, o proletariado foi oprimido no decorrer da sua busca pelos ideais educacionais. Tais ideais almejavam uma educação que lhes era necessária para que alcançassem a libertação e uma vida social democrática.

É possível notar, que a educação sempre sofreu muitos impasses e os marcos dessa trajetória está evidente em muitos materiais de estudo como pesquisas, artigos, livros, dentre outros.

O analfabetismo no Brasil é tema de discussão desde a Colônia e o Império. Mas é no início do século XX, principalmente após 1940, que passa a ser visto como um problema nacional. Pelo Censo de 1940, foram mostrados os altos índices do analfabetismo: cerca de 55% para todo o País, considerando a população de 18 anos e mais; nos estados do Sul e Sudeste, em torno de 40%; no Norte e no Nordeste, 72%; no Leste e no Norte, os mesmos 55% nacionais. O que provoca uma tomada de posição do Estado é o movimento de redemocratização do país, após a ditadura de 1937- 1945, aliado às iniciativas mundiais da recém-criada Unesco, ao final da Segunda Guerra Mundial (PAIVA; BARBOSA, 2009, p. 9).

A partir dessas informações é possível analisar que no ano de 1940, mais da metade da população de jovens e adultos era denominada como analfabeta. Essa porcentagem diz respeito ao quantitativo de pessoas que não tiveram acesso à educação ou não a tiveram na idade correta. Além da negação da alfabetização, esses sujeitos também foram privados da apropriação de seus direitos e como consequência não tiveram base que sustentassem qualquer reivindicação que se apresentassem de acordo com suas necessidades.

Em decorrência dessa triste realidade, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, s/d), no ano de 1949 foi realizado o maior evento internacional na modalidade EJA, conhecido como Conferência sobre Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA) a primeira ocorreu, em Elsinore na Dinamarca, logo após a Segunda Guerra Mundial. Havia, nessa época, uma preocupação com a necessidade de coletar e organizar informações sobre a Educação de Adultos. A primeira conferência, com o título “Educação de Adultos”, foi precedida por um encontro de consulta, em Paris, um pequeno número de especialistas internacionais em novembro de 1948. Esse Grupo recomendou que dois conjuntos de documentos fossem preparados para a conferência: documentos de trabalho a serem produzidos pelo Secretariado da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e relatórios elaborados pelos delegados nacionais. O Grupo recomendou, também, que fosse incluído nos documentos uma visão geral da educação de adultos no respectivo país e os programas, métodos e realizações mais característicos.

Participaram da primeira CONFINTEA 106 delegados, 21 organizações internacionais e 27 países. O Brasil não participou desta conferência, embora tenha participado da Campanha em Beirute em 1948 e tenha sediado o Seminário Interamericano em 1949.

Essa primeira conferência simbolizou o início da luta pela democratização do ensino, dando maior visibilidade a realidade dos educandos, flexibilizando o currículo e buscando preencher as lacunas que foram criadas no decorrer de suas experiências pedagógicas.

A segunda CONFINTEA foi realizada em 1963, em Montreal, Canadá, num período de múltiplas e complexas mudanças, sociais, econômicas e culturais no mundo ocidental. Nesse contexto e numa intensa discussão sobre o papel dos Estados frente à Educação de Adultos se reuniram 47 Estados-membros da UNESCO, 2 Estados como observadores, 2 Estados Associados e 46 ONGs.

Nesta segunda Conferência foi gerado como seu principal resultado a consolidação da Declaração da Conferência Mundial de Educação de Adultos que contemplava um debate sobre o contexto do aumento populacional, de novas tecnologias, da industrialização, dos desafios das novas gerações e a aprendizagem como tarefa mundial, onde os países mais ricos viessem a cooperar com os menos desenvolvidos.

A terceira CONFINTEA foi realizada na cidade de Tóquio, Japão, no ano de 1972. Nesta CONFINTEA estiveram presentes 82 Estados-membros, 3 Estados na categoria de observador, 3 organizações pertencentes às Nações Unidas e 37 organizações internacionais. Com ênfase nas temáticas de Educação de Adultos e Alfabetização, Mídia e Cultura, foram consideradas as premissas de que a Educação de Adultos teria como elemento essencial a aprendizagem ao longo da vida e que seria importante realizar esforços para fortalecer a democracia e preparar o enfrentamento mundial da não diminuição das taxas de analfabetismo.

Diante da constatação de que a instituição escolar não dá conta de garantir a educação integral, adotou-se à ampliação do conceito sobre sistemas de educação que passam a abarcar as categorias de ensino escolar e extraescolar, envolvendo estudantes de todas as idades. O relatório final concluiu que a educação de adultos é um fator crucial no processo de democratização e desenvolvimento da educação, econômico, social e cultural das nações, sendo parte integral do sistema educacional, na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida.

Realizada em Paris, França, no ano de 1985, a quarta CONFINTEA, cujo tema principal foi “Aprender é a chave do mundo”, contou com 841 participantes de 112 Estados membros, agências das Nações Unidas, representantes da Santa Sé, representantes dos Movimentos Africanos para a Liberação Nacional, Congresso Nacional da África do Sul (ANC), *South West Africa's People Organization* (SWAPO), *Palestine Liberation Organization* (PLO), 12 representantes de organizações intergovernamentais, 59 representantes da Organização não Governamental (ONG) internacionais e 2 de outras instituições e fundações. Esta conferência destacou a importância do reconhecimento do direito de aprender como o maior desafio para a humanidade. Entendendo por direito, o aprender a ler e a escrever, o questionar e analisar,

imaginar e criar, ler o próprio mundo e escrever a história, ter acesso aos recursos educacionais e desenvolver habilidades individuais e coletivas, adequadas e com qualidade.

Ao dar continuidade às outras conferências internacionais que vinham sendo realizadas, a cidade de Hamburgo, Alemanha, sediou no ano de 1997 a V CONFINTEA. Esta conferência consta na história da EJA de maneira singular, por ter posto em marcha um intenso movimento de preparação mundial com certa antecedência. Ela acontece a partir de um amplo processo de consultas preparatórias (IRELAND, 2000, p. 15) realizadas nas cinco grandes regiões mundiais consideradas pela UNESCO, acrescidas da Consulta Coletiva as ONGs, de onde foram consolidados relatórios para a Conferência Internacional.

Sob o tema da aprendizagem de adultos como ferramenta, direito, prazer e responsabilidade, o evento contou com a participação de mais de 170 estados membros, 500 ONGs e cerca de 1300 participantes. Foi uma conferência onde a mobilização atravessou fronteiras temáticas e de ação: por meio da liderança do Instituto Coroados de Aprendizagem e Estágio (ICAE) e alianças com governos progressivos, houve uma intensa mobilização de ONGs e do movimento de mulheres o *Red de Educación Popular Entre Mujeres* e o *The Gender And Education Office* (REPEM E GEO), mesmo que sem direito a voto.

Em 2009 foi a vez de o Brasil sediar a sexta CONFINTEA, realizada em Belém. A Conferência contou com a participação de 1.125 delegados de 144 países, incluindo 55 ministros e vice-ministros e 16 embaixadores e delegados permanentes da UNESCO.

Os preparativos para a Conferência foram iniciados em 2007, dando sequência a cinco encontros regionais (Cidade do México, Seul, Nairóbi, Budapeste e Tunis); a elaboração de relatórios nacionais e regionais; um relatório global o (*Global Report on Adult Learning and Education* – GRALE); processos nacionais e regionais de mobilização promovidos por governos e sociedade civil.

A CONFINTEA VI procurou fortalecer o reconhecimento de aprendizagem e educação de adultos numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. A meta primordial foi de harmonizar a aprendizagem e educação de adultos com outras agendas internacionais de educação e desenvolvimento e sua integração de adultos com outras agendas internacionais de educação e desenvolvimento e sua integração nas estratégias setoriais nacionais. Ela representaria uma oportunidade para avaliar como os compromissos assumidos em 1997 haviam sido implementados e produziria os meios para assegurar que os compromissos anteriores e atuais relativos à educação de adultos e à educação não formal fossem concretizados. Os objetivos da Conferência foram:

- Promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação;
- Enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento e;
- Renovar o momentum e o compromisso político e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação.

Estes objetivos visam aprimorar o desempenho que as instituições de ensino devem exercer, afim de enfatizar a importância que essa educação representa na vida desses sujeitos e consequentemente as contribuições que ela reflete.

No último dia da Conferência, foi assinado e aprovado o Marco de Ação de Belém, documento que constitui peça fundamental no longo processo de mobilização e preparação nacional e internacional. As recomendações do Marco de Ação de Belém oferecem uma diretriz que permite ampliar o nosso referencial na busca de uma educação de jovens e adultos mais inclusiva e equitativa.

Essa conferência simbolizou mais um passo nas conquistas da Educação de Jovens e Adultos, pois além de se pensar em uma educação, foi pensado em um método inclusivo. Na EJA é essencial fornecer esse sentimento, tendo em vista que grande parte dos sujeitos sentem-se excluídos por inúmeros fatores que já fazem parte do processo histórico dessa modalidade.

As CONFINTEAS tiveram grande significado para todos os países envolvidos, pois a mesma trazia consigo a responsabilidade de ofertar a mudança no cenário histórico da educação de diversos sujeitos que estavam desacreditados da possibilidade de entrarem no mundo da leitura e da escrita. No decorrer dos eventos, os países apresentaram objetivos, perspectivas de mudanças e prioridades que não poderiam deixar de fazer parte dessa nova modalidade de ensino para que assim os resultados positivos pudessem ser alcançados com êxito.

Alguns outros movimentos, leis, programas e eventos foram surgindo e ganhando força para defender, aprimorar e apoiar a Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) por exemplo, são um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Nessas Diretrizes a EJA é concebida como modalidade da Educação Básica.

As DCNs têm seu fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da União "estabelecer, em colaboração com os estados,

Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum".

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (2006) ratificam a realidade escolar, quando apresentam como perfil dos educandos dessa modalidade de ensino, que são: os idosos com passagem curta e não sistemática pela escola; os jovens e os adultos, geralmente, que buscam a escola pelas necessidades de se inserir ou de se manter no mercado de trabalho; os adolescentes provenientes de um processo educacional deficitário, marcado por experiências de insucesso e que propiciaram a evasão, repetência ou exclusão do sistema escolar.

Em sua grande maioria, esse público retorna para a vida escolar buscando novas oportunidades de sentir-se inseridos na sociedade por algum motivo. Frente a isso, é essencial que os educadores de significado às aulas para que o interesse seja contínuo e a permanência passe a fazer parte do cotidiano.

Na sociedade, a educação se apresenta como um meio de reprodução da cultura. “A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita” (PINTO, 2010, p. 53). A EJA é uma modalidade de espaço privilegiado nesse aspecto de reflexão crítica sobre a cultura, ou culturas. Pensar a própria produção cultural, o modo de produção da vida. É esse entendimento que temos da EJA.

Nesse sentido, a comunidade deve sentir-se como elemento fundamental no desenvolvimento da Educação e da própria escola, trabalhando sempre de forma coletiva e garantindo a consolidação da autonomia dos sujeitos envolvidos.

Outra questão de fundamental relevância a se pensar na EJA é o financiamento. A LDB garante:

III - remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB (BRASIL, 1996, s/p).

Contudo, mesmo com a inclusão da EJA no FUNDEB a sociedade não superou o estigma de precarização dessa modalidade de educação e o financiamento não assegura suficientemente a continuidade do ensino para os alunos, tampouco uma formação continuada para os profissionais que atuam nessa modalidade, conferindo condições dignas de ensino aprendizagem, remuneração adequada e crescimento profissional para estes.

Para Brandão (1981), a educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura. São formas de saberes que atravessam as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos das artes ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para se reinventar, todos os dias. Igualmente para Freire (2001), a prática educativa é uma prática social necessária, como o trabalho, a cultura e a religião. Desse modo, para ambos os autores, a prática educativa, como a própria vida, gera diversas possibilidades de aprendizagens; porém, um fundamento importante dessa pedagogia é que ela não se sustenta em ideias abstratas, ela só tem sentido na história que os homens vivem. O ponto de origem da prática pedagógica situa-se na própria realidade social. Deve-se partir sempre da realidade concreta da vida cotidiana das pessoas, respeitando-se suas diferenças e valores.

A educação é uma experiência socialmente perene e pessoalmente permanente de cada um de seus sujeitos: pessoas e povos. Sendo assim, seu sentido é mais o de recriar continuamente comunidades geradoras de saberes, que devem estar abertas ao diálogo e à intercomunicação (...) a educação cria conectividades (BRANDÃO, 2003, p. 21).

Como Brandão (2003) ressalta, o conhecimento é um processo contínuo e não criado apenas pela escola, mas também pela sociedade. Da mesma maneira acontece com os conteúdos que fazem parte no livro didático na modalidade EJA, as renovações das propostas devem se identificar com o público ao qual o material se destina, mantendo-se atualizado e principalmente garantindo a formação de cidadãos conscientes e atuantes em espaços sociais diversos.

3.2 O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O livro didático sempre foi tido como um dos materiais de apoio que mais auxiliam no processo de ensino e aprendizagem dos educandos, pois o mesmo dá suporte ao currículo escolar e serve de embasamento para que muitos professores se sintam mais confiantes no momento de repassar determinados conteúdos. Mas, antes de utilizá-lo como material base, é preciso conhecê-lo. Sua estrutura, conteúdos, propostas pedagógicas e as possibilidades que vêm dispostas em cada sugestão, pois a ausência e/ou inadequação dos materiais didáticos têm sido considerados como destaques entre um dos grandes problemas enfrentados na Educação de Jovens e Adultos do Campo. Sabe-se que em meio aos recursos utilizados na sala de aula, o

livro didático é um dos que mais influência no ensino brasileiro. Por esse motivo, é necessário pensar sobre a qualidade dos recursos que tem sido manuseado nas salas de aula da EJA.

O conteúdo do livro didático necessita estar vinculado ao que é construído com base nas relações sociais que se deseja promover entre o público para o qual o documento se destina e seu entorno social e pedagógico.

Nos anos de 1980 foi forte a iniciativa de produção de material didático para a Educação de Jovens e Adultos por parte da Sociedade Civil, mais especificamente pelos movimentos e organizações sociais populares. Em 1982, a equipe de educação popular do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) – precursor da Ação Educativa –, coordenada por Sérgio Haddad, por solicitação do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia, elaborou o Conjunto Didático Poronga, para alfabetização de homens e mulheres que viviam e trabalhavam no seringal Nazaré, município de Xapuri, no Acre, ação inserida no bojo de um projeto de desenvolvimento econômico, social e de educação popular. O trabalho foi feito com o Sindicato dos Seringueiros de Xapuri, encabeçado por Chico Mendes, e seu título refere-se à lamparina que os seringueiros da Amazônia usam na cabeça quando saem, na madrugada, para fazer extração do látex. O conjunto é composto de três cadernos: Português, contendo uma cartilha e exercícios complementares, Matemática e Orientações para o monitor (FÁVERO, 2007).

Esse foi um passo primordial para a Educação de Jovens e Adultos do Campo e da cidade, pois os materiais dessa educação passaram a ser pensados a partir da necessidade dos sujeitos, levando em consideração duas dificuldades.

Em 19 de agosto de 1985 o governo federal, elaborou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que era destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa que buscava atender as escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais, distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 2001).

Esse foi um acontecimento importante para rede pública, pois os estudantes passariam a utilizar materiais propícios ao desenvolvimento da prática educativa e consequentemente da aprendizagem, mas esse era apenas o começo.

Em 1995 o PNLD foi aperfeiçoado, adquirindo um componente novo: a análise e a avaliação prévia do conteúdo pedagógico com a criação do Guia de Livros Didáticos – sinopse de cada publicação, classificada de acordo com a qualidade do conteúdo –, no qual o professor

podia avaliar o livro que era mais adequado às características de sua região, de seus alunos e ao processo pedagógico de sua escola (BRASIL, 2001).

Considerando essa proposta do PNLD, o mesmo teria como intuito a melhoria do ensino fundamental, avaliando que o livro constitui um dos mais importantes suportes pedagógicos no trabalho do professor.

Em 2003, frente às inovações teóricas no campo da alfabetização e da própria institucionalização do PNLD, os livros didáticos de alfabetização passaram por algumas mudanças, mas alguns professores revelavam ter contratempos em relação ao uso do material, pois os conteúdos eram extensos e não auxiliavam no processo da alfabetização.

Mesmo com o aperfeiçoamento que houve no ano de 1995 e os professores podendo avaliar o livro, ainda assim em 2003, as mudanças não foram significativas, ainda havendo problemas no auxílio que esse material deveria proporcionar na alfabetização.

Alguns anos depois, pensando em trazer qualidade para EJA passou-se a ampliar a oferta de obras didáticas para a alfabetização e educação de jovens e adultos nas redes públicas de ensino, então o MEC lançou em 2009 o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), que incorporou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) (BRASIL, 2011).

Esse programa visava proporcionar melhorias para o processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos, assim também como auxiliar nos desenvolvimentos metodológicos utilizados pelos educadores.

O Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD-EJA teve como objetivo garantir que escolas e sistemas públicos de ensino recebessem livros didáticos de qualidade, onde a política do livro compreendia avaliação das obras, aquisição e distribuição desses materiais (BRASIL, 2001).

Para manter ativa essa ideia, o MEC deliberou a Resolução Nº 51 de 16 de Setembro de 2009 que dispunha sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA).

Art. 1º § 2º As escolas públicas que ofereçam os anos iniciais do ensino fundamental na modalidade de EJA serão beneficiadas com livros didáticos abrangendo os componentes curriculares de Letramento e Alfabetização Linguística, Alfabetização Matemática, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, História e Geografia, podendo haver um volume único de âmbito regional para as duas últimas disciplinas (BRASIL, 2009, s/p).

Essa iniciativa fez com que a EJA ganhasse mais visibilidade e significância, tendo em vista que essa era uma peça fundamental para a abrangência dessa modalidade e para a construção do currículo que mudaria a partir desse momento.

Quadro 1 – Calendário de Atendimento PNLD – EJA- 2009.

CALENDÁRIO DE ATENDIMENTO		
Ano de Aquisição	Ano de Utilização	Tipo de Atendimento
2010	2011	Escolha trienal e distribuição integral dos livros didáticos para todas as matrículas
2011	2012	Reposição integral dos livros didáticos para cobertura das matrículas adicionais
2012	2013	Reposição integral dos livros didáticos para cobertura das matrículas adicionais
2013	2014	Escolha trienal e distribuição integral dos livros didáticos para todas as matrículas
2014	2015	Reposição integral dos livros didáticos para cobertura das matrículas adicionais
2016	2017	Reposição integral dos livros didáticos para cobertura das matrículas adicionais
E assim sucessiva e alternadamente nos anos seguintes		

Fonte: (BRASIL, 2009).

Esse calendário é a demonstração de como a organização e distribuição do livro didático foi pensado, levando em consideração o tempo que seria utilizado para que os processos acontecessem até a chegada desses materiais nas escolas.

O edital/ 2020 de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias do PNLD EJA já foi aberto e tem por objetivo convidar os interessados em participar do processo de aquisição de obras didáticas, de formação continuada, recursos digitais e literárias destinadas aos estudantes, professores e gestores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas do ensino fundamental e ensino médio da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. As obras que serão adquiridas no PNLD EJA - 2021 estão divididas em obras didáticas, recursos digitais e literárias para o ensino fundamental e obras de formação continuada ao professor. Serão também avaliadas obras didáticas para a modalidade de educação de jovens e adultos – EJA destinadas aos estudantes e professores do ensino fundamental (BRASIL, 2020).

Fica evidente assim, que o avanço nas melhorias de conteúdos para atender esse público, continua sendo um dos principais pontos para que o processo de aprendizagem se torne algo prazeroso para os educadores e estimulante para os educandos.

Quanto ao PNLD Campo, no ano de 2013, os estudantes do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental de escolas públicas da área rural, seriadas e multisseriadas, passaram a receber livros didáticos específicos. As obras foram selecionadas dentro do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) e substituíram os cadernos de ensino e aprendizagem e outros materiais impressos que eram utilizados nas salas de aula.

As obras do PNLD Campo compreendiam a alfabetização matemática, letramento e alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, integradas em coleções multisseriadas ou seriadas, disciplinares, interdisciplinares ou por área do conhecimento (BRASIL, 2011)

Em 2018, o FNDE informou que em decorrência de estarem em andamento a revisão de marcos legais da educação nacional, não haveria, para 2019, escolha específica de materiais para atendimento das escolas rurais. Sendo assim, tanto as escolas urbanas, quanto as escolas rurais participariam da escolha do PNLD 2019. O registro da escolha das obras foi realizado no sistema PDDE-Interativo, no mês de agosto de 2018 (BRASIL, 2018).

Contudo, é possível notar que os editais continuaram tentando manter sua estrutura inicial, buscando aprimorar-se de acordo com as mudanças que foram surgindo ao passar dos anos, assim também como atender as necessidades dos educandos e professores.

4 METODOLOGIA

Nesse capítulo apresentamos a caracterização da pesquisa que foi desenvolvida: sua abordagem, instrumentos, e os métodos que foram utilizados para a realização desta, além dos sujeitos envolvidos e do local/contexto.

4.1 CARACTERIZAÇÃO E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Decidimos por uma pesquisa de campo complementada por uma análise bibliográfica. No caso: o livro didático utilizado pela professora de EJA.

Os caminhos e métodos utilizados para a realização desta pesquisa consistem em uma abordagem de caráter qualitativo, pois a mesma atende as perspectivas que Godoy apresenta, onde ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador (GODOY, 1995, p. 62).

Nossa pesquisa pode ainda ser caracterizada como um ‘estudo de caso’, visto que a mesma foca em apenas uma escola como objeto de investigação. O estudo de caso segundo Triviños (1987) se define como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Nesse sentido nosso caso é uma sala de aula de EJA, numa escola pública no interior de Pernambuco. Investimos numa análise que nos ajude a uma aproximação mais descritiva acerca da especificidade desse livro didático numa realidade de Escola do Campo. Queremos contribuir na reflexão se o Livro utilizado mesmo atende as necessidades dos alunos. Desse modo, estaremos descrevendo como todo esse processo acontece e suas consequências na aprendizagem desses sujeitos.

Os instrumentos utilizados na pesquisa foi uma entrevista semiestruturadas e o livro didático adotado pela professora. A entrevista é um texto marcado pela oralidade que acontece a partir da interação entre duas pessoas ou mais. No nosso caso, realizada a partir do investigador e investigado. Na elaboração das nossas indagações, buscamos sempre construir perguntas de fácil entendimento, onde os sujeitos não se sentissem constrangidos ou tivessem receio de responder de maneira inadequada. Atentamos ao ponto de vista dos entrevistados

sobre do livro didático e sua utilidade no cotidiano da sala de aula. Na análise do livro didático focamos sobretudo nos conteúdos e atividades propostas e sua relação com a realidade do Campo.

4.2 CAMPO DE PESQUISA

Nosso campo de estudo situou-se em um pequeno município localizado no interior de Pernambuco, que comporta aproximadamente 54.115 habitantes. A sucinta cidade mantém sua economia através do engenho açucareiro Usina Cruanji, onde já empregou muitas pessoas, mas hoje esse percentual caiu devido algumas defasagens. Atualmente, embora não tenha perdido sua vocação agrícola produtora de açúcar, dedica-se também as atividades comerciais por estar situada nas proximidades de várias pequenas cidades que compõem a redondeza desta. Também fazem parte de sua economia a pecuária, lavoura permanente, lavoura temporária, produção agrícola de cereais, leguminosas e oleaginosas, e a extração vegetal ligada à silvicultura.

Por ser uma cidade bastante rural, nossa pesquisa foi realizada numa escola do campo. A mesma é identificada como Escola Municipal Dr. Antônio Galvão Cavalcanti no interior de Pernambuco.

Figura 1 – Imagem da Escola



Fonte: Rede social da escola, 17 de março de 2020.

Neste ano de 2020, a Escola Municipal Dr. Antônio Galvão Cavalcanti comemora seus 48 anos de existência e atende atualmente turmas de Atendimento Educacional

Especializado (AEE), Ensino Fundamental de 9 anos do 1º ao 9º Ano, EJA - Ensino Fundamental - Anos Iniciais e EJA - Ensino Fundamental - Anos Finais.

A mesma é munida de estrutura bastante ampla, com 19 salas ventiladas, refeitório, quadra de esportes, biblioteca, laboratório de informática, entre outros espaços que permitem comportar os 1180 alunos que estão matriculados a quantidade de alunos matriculados nos períodos diurno e noturno.

Atualmente, essa é a única escola que atende a modalidade de EJA anos iniciais. As demais das redes municipais de ensino, alegam que não há alunos suficientes para abrirem turmas, outras afirmam que há muitos assaltos no bairro durante o período noturno por isso é inviável estarem presentes nas escolas, e outras argumentam que muitos educandos efetuam a matrícula, mas no decorrer do período letivo, desistem por inúmeros motivos e as turmas acabam com apenas 5 ou 3 alunos.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Sabemos que no dicionário de Língua Portuguesa, a palavra Sujeito é considerada como o termo da oração que designa o ser a respeito do qual se declara alguma coisa, e é também o elemento com o qual o verbo estabelece concordância.

Na nossa pesquisa, estaremos dando voz a essa “definição”, buscando deixá-los sempre como um dos focos principais ao mesmo tempo em que atenderemos aos objetivos propostos acima.

Os sujeitos que participaram de nossa pesquisa foram, a professora da turma de EJA anos iniciais do ensino fundamental – ciclo II, que possui 52 (cinquenta e dois) anos, é formada em pedagogia e tem especialização em gestão e planejamento educacional e 5 (cinco) alunos com faixa etária entre 16 (dezesseis) e 43 (quarenta e três) anos.

Sua turma é composta por 13 estudantes. Dentre os quais conversamos com e 5 (cinco) escolhidos pela própria professora, por ela mesmo considerar que esses eram os melhores para serem entrevistados levando em consideração a timidez dos demais.

A professora em questão é concursada, mas não reside na cidade onde fica localizada a escola. Os alunos, embora alguns não sejam naturais do município, hoje moram nesse local e residem próximo ao centro de ensino.

Para o capítulo de análise construímos a seguinte legenda na identificação das falas e trechos transcritos.

Quadro 2 – Identificação dos sujeitos entrevistados

Sujeito/Fonte de pesquisa	Sigla
Professora	P
Estudante 1	E1
Estudante 2	E2
Estudante 3	E3
Estudante 4	E4
Estudante 5	E5

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2020).

5 PESQUISA: DADOS E RESULTADOS

Nesse capítulo apresentamos dados e resultados que foram obtidos a partir da realização da pesquisa, tendo como referência a seguinte questão: o livro didático da Educação de Jovens e Adultos corresponde aos interesses e necessidades de aprendizagem dos educandos?

Nossa pesquisa foi realizada no campo da Educação de Jovens e Adultos, buscando ouvir o ponto de vista dos estudantes em relação ao Livro Didático e buscando compreender os olhares que eles têm sobre esse material que faz parte de suas rotinas diárias.

5.1 PERFIL DOS EDUCANDOS ENTREVISTADOS

Quanto ao perfil dos educandos buscamos identificar aspectos econômicos, sociais e educacionais dos sujeitos com os quais conversamos. Segue abaixo uma representação das informações coletadas.

Dos 5 estudantes entrevistados, 4 foram homens e 1 mulher. Numa faixa etária entre 16 e 43 anos. Todos residindo no município onde estudam. Em relação à ocupação econômica 3 deles, trabalham (1 na feira da livre, 1 em um lava jato e 1 como artesão e servente de pedreiro) e 2 estão desempregados. Todos tiveram experiência escolar anteriormente, 1 deles estudou até a antiga 2ª série, 1 até a 3ª série, 2 até a 4ª série e 1 até a 5ª série. Dentre os 5 entrevistados, 2 interromperam os estudos porquê precisaram trabalhar, 1 não quis explicar a razão e 2 desistiram apenas “por terem preguiça de ir às aulas”.

Como é possível observar o perfil dos educandos dessa escola, assim como a grande maioria da rede pública são em grande parte trabalhadores proletariados, desempregados, dona de casa, jovens e idosos. São alunos com diferenças culturais, étnica e religiosa. Trata-se de sujeitos oprimidos e que se sentem excluídos pela sociedade por não estarem sendo alfabetizados dentro da faixa etária convencional.

No cenário educacional e social da atualidade, se fazem necessárias medidas que tenham o propósito de garantir o direito de formação humana ao longo da vida, a igualdade de oportunidades a todo e qualquer cidadão, independentemente de sexo, raça, cor, condição social, opção religiosa ou qualquer outro fator.

É inconcludente pensar numa escola onde não haja preocupação em diferenciar o sujeito, na sua singularidade, onde o processo de inclusão não seja percebido de forma consciente e extensivo a todo segmento da escola, principalmente no processo ensino aprendizagem de todas as modalidades e em particular, na educação de jovens e adultos, devido à relevância dessa modalidade de ensino na construção do conhecimento de pessoas que tardiamente ingressaram na escola, de forma que venha viabilizar e promover condições de desenvolvimento, considerando, as implicações de natureza social e cognitiva (...) (CALADO, 2008, p. 03).

No momento da entrevista foi possível notar que alguns educandos se sentiam receosos em falar suas idades, certamente decorrente do julgamento que sempre existiu na sociedade. Tornar-se jovem ou adulto e ser analfabeto ou ter dificuldades com leitura e escrita, permite que o sujeito chegue a duvidar da própria capacidade de aprender, mesmo que adiar a trajetória educacional tenha sido uma escolha necessidade.

5.2 PERFIL DA PROFESSORA ENTREVISTADA

Durante a entrevista, conversamos com a professora da única turma de EJA da Escola. Pedagoga, especialista em gestão e planejamento, ela informou que é professora há 19 anos, sendo 11 deles em turmas EJA, embora a mesma não possua formação específica na área.

Essa informação nos chama a atenção uma vez que o conhecimento das especificidades da EJA é relevante no trabalho docente com esses estudantes.

Faz parte do currículo a formação permanente dos educadores envolvidos no processo, que se efetiva em diferentes instâncias gerais, específicas dos grupos, por projetos, por regiões da cidade, por identidades de áreas, de alfabetização e outras (FÁVERO, 2007).

Ter formação em Educação de Jovens e Adultos, além de direito do educador, significa oportunizar para aos alunos uma metodologia de ensino que tenha suporte para atender as especificidades que essa modalidade propõe.

É ser incentivador, é mostrar que dentro da sala de aula todos aprendem e todos ensinam, cada um ao seu modo. É acreditar no mundo de possibilidades que existem através da educação e que é a partir do ensino que os sujeitos se tornam verdadeiramente seres críticos e emancipados.

Sabemos que Freire (1996) assimilava a prática do ensino ao ato de proporcionar aos sujeitos novos padrões de vida, novas formas de perceber, formas de ser, pensar e agir, e que vão auxiliar no uso do conhecimento, na resolução de problemas, construções de novos significados e pensamentos. É essa perspectiva de abrir novos horizontes que a formação continuada busca ofertar para os educadores.

A educadora em questão, assim como Freire ressaltou a importância de despertar nos sujeitos a crença de dias melhores a partir da educação, acredita que a prática deve ser incentivadora, mostrando que dentro da sala de aula todos aprendem e todos ensinam, cada um ao seu modo. É acreditar no mundo de possibilidades que existem através da educação e que é a partir do ensino que os sujeitos se tornam verdadeiramente seres críticos e emancipados.

A professora revelou ainda ter sentido muita dificuldade quando assumiu suas primeiras turmas de EJA. Por não possuir experiência e nem formação, não entendia porque a metodologia que sempre utilizou em turmas tradicionais, não funcionava. Ela sentia-se frustrada por não conseguir cumprir seu papel, até que olhou de forma diferente, passou a compreender as necessidades da turma e partir de então reajustou seus critérios de ensino.

A ausência de profissionais que possuam formação para atuarem em turmas de EJA, tornou-se algo bastante comum nas salas de aula de inúmeras redes de ensino. Mesmo sendo amparada por lei a obrigatoriedade dessa formação continuada para professores da educação básica, o sistema ainda não atende à demanda atual. Sabendo disso, o Conselho Nacional de Educação (BRASIL,2002) conforme a resolução 01/2002 declara que:

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a

gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2002. p. 34).

A ausência de formação continuada não é uma realidade que assola apenas as escolas do campo, mas também as que estão situadas na cidade e que dispõem dessa modalidade de ensino. Em sua grande maioria, os professores aprendem como trabalhar nessas turmas a partir da convivência e dedução das necessidades dos sujeitos. É partir das experiências na prática que essa “formação” acontece.

Ter formação na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, desperta no professor um novo olhar diante da difícil tarefa de alfabetizar esse público que carrega consigo as bagagens das contrariedades da vida. É nítido que em muitos casos, alguns educadores falham diante da prática de alfabetização para os adultos, isto é, infantilizando as aulas por acreditar que o processo acontece da mesma maneira como nas turmas de educação infantil. Essa metodologia acaba distanciando muitos educandos da sala de aula e do desejo de aprender, fazendo assim com que os mesmos não retornem mais a esses espaços. De fato, os alunos da EJA não são crianças grandes e não podem ser tratados como tal em sala de aula.

Para Freire (1979), não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho.

É preciso escolher textos e músicas, por exemplo, que tenham a ver com o mundo desses estudantes e despertem a curiosidade deles, descartando o que é destinado aos pequenos.

Ser educador, é respeitar o tempo de cada um, compreendendo que o desenvolvimento humano é constante, contínuo e cada um tem seu ritmo. Cabe ao profissional entender que é preciso despir-se das suas crenças e se libertar de qualquer choque, seja cultural, geracional ou social para conseguir compreender o processo de aprendizagem e assim compartilhar seus conhecimentos.

5.3 UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DURANTE AS AULAS

Sabemos que a utilização do livro didático em sala de aula é essencial para contribuir no processo de ensino conforme o currículo escolar estabelecido e ainda é um instrumento central na efetivação do trabalho docente, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

[...] o livro didático brasileiro, ainda hoje, é uma das principais formas de documentação e consulta empregados por professores e alunos. Nessa condição, ele às vezes termina por influenciar o trabalho pedagógico e o cotidiano da sala de aula (BRASIL, 2003).

Dessa forma, podemos pensar que o livro didático, enquanto recurso utilizado na escola e em outras instituições de cunho educacional, deva ser usado devido a sua importância como ferramenta educacional que estaria direta ou indiretamente relacionado com a garantia de uma melhoria na qualidade da educação.

Ao indagar os estudantes se esse material era manipulado em sala de aula, responderam da seguinte maneira: E1: As “vezi”, E2: Sim, tenho o livro, é bom ne? Bom que a pessoa aprende “mai” ne? E3: As “vezi”, E4: Sim, E5: As vezes a gente usa, as vezes a professora traz na folha.

A partir das respostas fica explícito que o livro didático não é utilizado em todos os momentos pela educadora, mas apenas em algumas circunstâncias em que a mesma considera ser viável.

Em seguida, perguntamos para a professora qual livro didático é utilizado e como é realizada a escolha o livro para EJA, e ela respondeu:

P- A gente utiliza esse livro aqui (ela mostrou o de um aluno que estava sem capa, pois o dela estava em casa). Nós não escolhemos o livro, ele já vem direto da secretaria com a escolha feita. Na verdade, fazem em média 6 anos que não chega livro. Os que temos aqui, já foram recolhidos de outras escolas que não oferta mais o ensino da EJA.

Figura 2 – Imagem do Livro Didático



Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Antônio Galvão Cavalcanti.

No continuar da conversa, a professora declarou que utiliza o livro com uma periodicidade de duas até três vezes na semana durante todo período letivo, pois nem sempre os níveis de atividades correspondem aos dos sujeitos, fazendo assim com que a mesma priorize outros materiais didáticos.

Mesmo o livro didático sendo uma das peças fundamentais no desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, nem sempre ele está presente nas escolas da forma que deveria. Como podemos observar nas respostas que foram coletadas, esse material chegou na Dr. Antônio Galvão Cavalcanti através de doações de outras escolas que não ofertam mais essa modalidade, pois há 3 anos o material não é disponibilizado pela secretaria de educação do município. Essa é sem dúvidas uma situação lamentosa a qual a escola vive submetida, mesmo com o PNLD

EJA sendo um ponto primordial na Educação de Jovens e Adultos, o mesmo não vem sendo aplicado da forma que deveria nessa escola do interior de Pernambuco.

Durante a conversa com os entrevistados foi possível observar que alguns deles não entendem o quão prejudicial tudo isso é para suas formações e também para os próximos colegas que estarão se matriculando no próximo ano letivo, pois não há previsão para chegada do novo material.

Foi possível afirmar a ideia de que essa professora, assim como muitas que atuam em nosso país em turmas de EJA, precisam fazer uso de outros materiais que auxiliem na alfabetização. Não estamos afirmando que os educadores devem reter-se apenas ao livro didático, mas que o mesmo necessita ser usado como base e nesse caso específico, as circunstâncias não permitem.

5.4 SOBRE CONTEÚDOS E ATIVIDADES DO LIVRO DIDÁTICO DA EJA

Buscamos identificar a relação entre conteúdos e atividades propostas pelo livro didático e a realidade dos estudantes da EJA. Fizemos então a seguinte questão

Para os educandos entrevistados: O que vocês acham dos conteúdos disponibilizados no livro didático? E as atividades propostas no livro?

E1: Tem que aprender, é bem interessante. A gente nunca tira do livro, faz no livro mesmo. Levo pra casa. E as atividade eu fico “perguntano” pra poder aprender.

E2: Acho mais ou “meno” tem umas que é fácil outras eu num sei o que é não.

E3: É bom, alguns a gente tira do livro e passa pra o caderno outra a gente faz no livro “mermo”

E4: Tem “coisa” que eu nem sei “pá” onde vai (risos).

E5: Eu “num” gosto muito não porque não entendo as “coisa” que tem lá (11 de dezembro, 2019).

Conforme é possível identificar nos depoimentos acima, alguns alunos afirmam sentir dificuldades quanto ao entendimento e resolução de algumas questões que são propostas no livro didático. Os conteúdos recomendados não vêm ao encontro da realidade desses sujeitos fazendo com que consequentemente o desempenho seja reduzido e o interesse caia gradativamente durante o período letivo.

A seguir, apresentamos algumas questões propostas pelo livro que afirmam nossa concepção e o feedback dos estudantes referente aos conteúdos.

Figura 3 – Imagem das questões do Livro Didático.

6. Estatística
A figura ao lado é um gráfico de setores. Esse gráfico mostra os pontos das equipes verde, laranja e amarela, participantes de uma gincana.

a) Descubra quantos pontos cada equipe fez. Depois complete a tabela e o gráfico.

b) Formule e responda uma pergunta referente aos números dessa gincana.

Equipes	Verde	Laranja	Amarela
Pontos		136	

7. Observe a ilustração. André acertou o alvo 3 vezes e fez 300 pontos. Em quais números ele acertou?

8. Divisões exatas com dinheiro
Veja: $R\$ 3,60 \div 2$

$R\$ 3,60 \div 2$	360 centavos	2
	$- 2$	180 centavos
	16	ou
	$- 16$	R\$ 1,80
	00	

$R\$ 3,60 \div 2 = R\$ 1,80$

Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Antônio Galvão Cavalcanti.

Figura 4 – Imagem das questões do Livro Didático.

DESAFIO

Estatística
A empresa em que Joana trabalha fez uma pesquisa com alunos de uma escola para conhecer o tipo de programa favorito de televisão de jovens que estudam e trabalham fora. O resultado da pesquisa foi registrado em um gráfico. Complete-o e depois preencha a tabela.

Gráfico

Tabela

Tipo de programa			
Filmes	Noticiários	Esportes	Novelas

Número de votos

Agora, responda: Qual é o número total de votos nessa pesquisa?

Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Antônio Galvão Cavalcanti.

Para Munakata (2012), o livro didático deve ser usufruído como elemento fundamental das políticas públicas de educação, das práticas didáticas e da constituição e transmissão dos saberes e da cultura escolar. Porém, nem sempre o material fornecido contribui para que essa finalidade aconteça de maneira integral.

Procuramos ainda entender a contribuição do Livro didático para a aprendizagem dos jovens e adultos. Indagamos à professora:

Você acha que o livro didático atende ao nível de aprendizagem dos seus alunos? Por que?

P- Não. Primeiro porque não tem livro para todos os alunos e depois, que os conteúdos deveriam estar dentro da realidade dos deles. Ele (o livro) foge disso em todos os aspectos.

A sugestão de conteúdos inseridos nos livros didáticos, em muitos casos ainda retém-se ao tradicionalismo ao qual estamos habituados a encontrar. Embora o público se renove ao início de cada ano letivo, algumas metodologias sugeridas pelo livro didático continuam atendendo ao mesmo padrão dos anos anteriores. Por isso, é necessário estar atento aos livros que se estão sendo utilizados em sala de aula, quais suas propostas e finalidades para a construção do conhecimento desses sujeitos.

Para Munakata (2012), a qualidade de ensino propiciado pelo bom material é apenas uma das variáveis no processo de alfabetização, pois além do conteúdo é primordial atentar-se ao perfil dos sujeitos, levando em consideração suas habilidades e divergências.

Buscamos ainda identificar: Qual o maior desafio em trabalhar com o livro didático na EJA? “Encontrar conteúdos que sejam acessíveis para todos os alunos. A maioria das coisas eles nunca ouviram nem falar” (Professora).

A partir das falas dos educandos, foi possível notar que alguns sentem-se desconfortáveis com os conteúdos disponibilizados pelo livro didático por não conseguirem se “encaixar” no nível de exigência que o mesmo requer. Outros porém, aparentam não se incomodarem por acreditarem que o “problema” não está no material, e sim em si próprios que necessitam aprender independente de qual seja o meio.

A professora deixou evidente que o livro didático que a escola oferece, deixa a desejar em todos os aspectos. Além da escassez do material, os conteúdos não facilitam o processo de aprendizagem dos sujeitos, dificultando também o desempenho da educadora em sala de aula e exigindo que o mesmo seja sempre manuseado como segundo plano no dia a dia dessa turma de EJA do município de Timbaúba.

5.5 RELAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COM A REALIDADE DO JOVEM ADULTO DO CAMPO: O QUE APARECE E O QUE FICA SILENCIADO

Pensar em uma Educação de Jovens e Adultos do campo, é pensar uma educação que integra os sujeitos do meio. Realçando o valor de suas raízes e tendo como base principal essa cultura que é tão primordial na formação dos mesmos, incentivando sua permanência no campo e mostrando que é também possível desenvolver-se economicamente através de campo.

O Decreto N° 7.352 de 4 de Novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo afirma que:

Art. 2º São princípios da educação do campo:

II- incentivo à formulação de projetos políticos-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; (BRASIL, 2010, p.1).

Isso, nos remete ao pensamento de como essa realidade tem sido trabalhada em sala de aula. Será que os conteúdos e materiais didáticos suprem essa necessidade? Será que a escola está preparada para dar suporte a esses educandos e comunidade? Será que eles conseguem enxergar suas próprias realidades ao folhear o livro didático?

Nos baseando nesses questionamentos, indagamos aos sujeitos de nossa pesquisa: Você acha que o livro tem a ver com a realidade do jovem e do adulto do campo? Por quê?

E1: Sei lá, no livro fala algumas coisas, muitas coisas do campo e muitas não.

E2: “Muita” coisa que a gente nunca nem viu né, que a gente tá vendo a primeira vez no livro, muitas é, muitas não.

E3: Umas “coisa” só. Tem coisa de roçado, do “prantio”

E4: Eu acho que não. Porque “ele” num fala das “coisa” que a gente “fai”. Tem conta que a gente “num” sabe fazer, aí a professora “traí” “otas” conta na folha “pá” gente fazer.

E5: Só em algumas folhas, as “ota” não mostra como é a lida da gente (11 de dezembro, 2019).

De acordo com as falas, o livro didático utilizado não retrata a realidade do jovem do campo como prioridade em seu conteúdo. A realidade encontrada no material é a mesma que o jovem da cidade encontra. Mas porque manter os mesmos conteúdos se as vivências e experiências são distintas? Ao folharmos o livro percebemos que os únicos retratos do campo são aqueles tradicionais exemplificando o plantio, os animais e sua reprodução e os demais aos

quais estamos habituados a encontrar na grande maioria dos livros didáticos. Essa demonstração vem explícita nas páginas 33, 102, 129, 202, 251, entre outras.

A riqueza que o campo possui fica silenciada, assim como as infinitas possibilidades de meios para que a permanência nesse ambiente torne-se algo comum. É triste testemunharmos que muitos alunos do campo não têm a oportunidade de conhecer através do livro didático, a história de lutas e conquistas que marcam essa educação e tornaram lei essa modalidade de ensino que hoje eles podem usufruir.

Para Fernandes et al. (2008), tudo que diz respeito a nós, seres humanos, a ideia da educação como um direito humano e, mais que isso, a ideia dos direitos humanos é fruto de uma longa construção histórica da luta de milhares pessoas até nós chegarmos a essas conquistas. Então, cabe à nós, enquanto sociedade transmissora de conhecimento, oportunizar meios para que todos estejam conscientes quanto aos seus direitos e deveres.

5.6 AVALIAÇÃO DO LIVRO SEGUNDO O OLHAR DO EDUCANDO E EDUCADORA

Sabemos que a Educação de Jovens e Adultos na especificidade do campo subiu alguns degraus durante sua trajetória, mas ainda há muitos para serem conquistados. Entre eles, um primordial é que TODAS as escolas do campo possuam livro didático que proporcione crescimento pessoal, social e profissional na vida destes sujeitos. E para isso estes devem mesmo estar articulados à realidade dos sujeitos camponeses jovens e adultos trabalhadores.

Ainda no intuito de discutir como os professores e educandos percebem o papel do livro didático no processo de ensino e aprendizagem no contexto do campo, perguntamos:

Você mudaria algo no livro? O que?

E1: Não, só acho algumas coisas difícil mesmo, mas porque estudei mais matemática e português mesmo.

E2: Eu não, pelas coisas que a gente já chegou a ler do livro, mudaria nada não.

E3: Sei lá, acho que sim

E4: Eu acho que quase tudo. Ia colocar as coisa que eu sei fazer ne

E5: só essa parte que falei mesmo o resto a gente cuida em aprender (11 de dezembro, 2019).

Fizemos o mesmo questionamento para a educadora e ela nos afirmou:

P - Sim. Cada livro deveria ser construído a partir de cada região na qual os alunos estão inseridos. Acredito que desse modo o interesse deles também aumentaria.

É visível que os estudantes sentem falta de questões que sejam significativas para eles, assim como a professora também sente essa carência de conteúdos que possam ser trabalhados de forma mais direta, mais ativa e real. Esse déficit contribui de modo negativo para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Sendo ele no caminho da alfabetização, no cultural e social, pois existe nessas entrelinhas no livro didático omissões de informação e de direitos que contribuem de forma imprescindível no processo de formação humana desses jovens e adultos do campo.

A educação tem a finalidade de transferir a cultura praticada na sociedade. Sendo assim, no ato educativo, são passados os valores sociais, normas e deveres que o indivíduo deve seguir durante toda sua vida social. Entendemos que tais transferências de valor cultural para um indivíduo, tornam-se algo relevante para sua formação, pois será transferida para ele desde seu nascimento, tornando-se integrada a seu caráter desde sua base. Assim, “o método pedagógico é função da cultura existente” (PINTO, 2010, p. 15).

É desse ato educativo que deve haver nas instituições de ensino, onde a educação seja vivida em toda sua totalidade. Pois, nós humanos vivemos em um processo contínuo de educação, onde, a transferência de saberes e a construção de conhecimentos jamais terminam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático da Educação de Jovens e Adultos corresponde aos interesses e necessidades de aprendizagem dos educandos? De acordo com nossa pesquisa que foi realizada na Escola Municipal Dr. Antônio Galvão Cavalcanti, interior de Pernambuco, a resposta é, não. Durante o percurso do nosso trabalho foi possível observar através das entrevistas o delicado e frágil é o processo de utilização pedagógica do Livro Didático da EJA no campo. Percebemos mais especificamente como o Livro Didático da EJA não corresponde à realidade, nem atende às especificidades dos sujeitos dessas modalidades de ensino.

Os dados coletados e nossa análise nos permite considerar que:

- a- O acesso ao livro didático da EJA que já é um direito resultante da luta dos movimentos de professores e educadores, chega às escolas do campo, ainda de forma precarizada;
- b- A qualidade desses livros está muito distante dos princípios e especificidades defendidos tanto pelo Movimento de Educação do Campo, quanto pelo Movimento da EJA;
- c- A Formação específica de professores para atuar na EJA e no Campo ainda é uma realidade distante, no que pese a garantia legal desse direito.
- d- A percepção dos educandos e dos educadores sobre o Livro didático é de que esse material deveria atender as especificidades desse público em questão, cumprindo assim seu papel de artefato pedagógico.

Atender as necessidades dos sujeitos envolvidos deveria ser um ponto primordial na construção dos materiais que são distribuídos nas escolas, sendo elas municipais, estaduais, do campo ou da cidade. Pois esse é um espaço que tem grande influência na construção do ensino e aprendizagem, fazendo parte da formação dos sujeitos que atuam em nossa sociedade. É preciso formar cidadãos críticos, pensantes e altruístas que estejam conscientes de suas capacidades e direitos.

Entendemos que a educação é o processo que transforma a vida dos sujeitos e seguindo essa linha de pensamento é importante citar que se faça necessária políticas públicas que atendam a demanda de materiais e ensino de qualidade para esses Jovens e Adultos que estão retornando para as salas de aulas e precisam enxergar todo esse processo como uma nova oportunidade de sentir-se inseridos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F. S.; SANTOS, S. M.; CARVALHO, W. L. **Educação de Jovens e Adultos e Educação do campo: um diálogo para o fortalecimento de direitos do trabalhador/a camponês/a.** led, 2016, v.1, p. 1-10.

ARROYO, M.; CALDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo.** Vozes, 2011, n. 5, p. 1-216.

ARROYO, M. G; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo.** Col. por uma Edu Básica do Campo, 1999, n. 2, p. 1-67.

BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Por uma educação básica do campo – Projeto Popular e Escolas do campo.** Col. Por uma Edu Básica do Campo, 2001, n. 2, p. 1-54.

BERGAMASCO, W. A. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE.** Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), 2013, v. 1, p. 1-20.

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador.** Cortez, 2003, v. 1.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** Brasiliense, 1981, v. 1.

BRASIL, **Alunos de escolas rurais receberão novo material de ensino e aprendizagem.** 2011, MEC.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Seção que pactua a educação como direito de todos. **Centro Gráfico**, 1988, p. 1-4.

BRASIL, **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. MEC, 2010, p. 1-7.

BRASIL, **Edital de Convocação N N° XX/2020 – CGPLI**, MEC, 2020, p.1.

BRASIL, **Informe nº 07/2018- COARE/FNDE**, Escolha PNLD Campo, 2018, MEC.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, 2002, p. 32-34.

BRASIL, **Resolução nº 22 de 7 de junho de 2013**, Ministério da Educação, MEC, 2013.

BRASIL, **Resolução nº 51 de 16 de setembro de 2009**, Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). MEC, 2009, p. 2-8.

BRASIL, **Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394**. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Projeto de avaliação dos livros didáticos da 1ª à 4ª série**. MEC, 2003, v. 2. P. 275.

BRASIL, Ministério da Educação, **Programa Nacional do Livro Didático**. Educa Brasil: MEC, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educa Brasil**: MEC, 2011.

BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECADI. **Confiteas Breve Histórico**. Ministério da Educação, 2018, p. 1-4.

FÁVERO, O. Materiais didáticos para a educação de jovens e adultos. **Cad. Cedes, Campinas**, 2007, v. 27, n. 71, p. 39-62.

FERNANDES, B. M. et al. Educação do Campo. **Nead Especial**, 2008, n. 7, p. 1-109.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra, 2007, n. 30, p. 100-110.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 1987, v. 17, p. 1-129.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. Cortez, 2001, n. 5, v. 23, p. 8-57.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Rev. de Adm. de Empresas**, 1995, v. 35, n. 2, p. 57-63.

IBGE, **Indicadores Sociais Municipais 2010: Incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio**. IBGE, 2011.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Educação do Campo - Identidade e Políticas Públicas**. Col. Por uma Edu Básica do Campo, 2002, n. 4, p. 1-92.

KOLLING, E. J.; NERY, I. I. J.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo (Memória)**. Col. Por uma Edu Básica do Campo, 1999, v. 3, n. 1, p. 1-60.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. Bras. Hist. Educ**, 2012, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197.

PAIVA, J.; BARBOSA, I. **Educação de Jovens e Adultos**, Pedagogias em ação, 2009, p. 5-144.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. Editora Cortez, 2003, v. 13.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. Editora Cortez, 2010, v. 16.

SANTOS, C. A. Por uma educação do campo. Campo - Políticas Públicas - Educação. **Nead Especial**, 2008, v. 7, p. 1-116.

TRINIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, 1987, p. 1-176.

APÊNDICES

APÊNDICE - A - ROTEIROS PARA ENTREVISTAS

Perguntas direcionadas a professora
Qual seu nome?
Qual sua idade?
Qual sua formação? Nível e curso que fez?
Há quanto tempo você ensina?
Você já trabalhou com turmas de EJA? Quanto tempo trabalhou ou trabalha?
Qual livro didático é utilizado? Como é feita a escolha o livro para EJA, na sua escola?
Em relação ao livro didático, o mesmo fala sobre o campo? Como o campo aparece no livro? Você acha que o livro didático atende ao nível de aprendizagem dos seus alunos? Por que?
Qual o maior desafio em trabalhar com o livro didático na EJA?
Existe algum aspecto que você mudaria no Livro? Qual?

Perguntas direcionadas aos educandos
Qual seu nome?
Qual sua idade?
Qual a cidade em que você nasceu?
Você trabalha? Qual a sua profissão?
Você já teve experiência escolar anteriormente? Quanto tempo estudou? Porquê precisou interromper?
Você sempre utiliza o livro didático durante as aulas?
O que você acha dos conteúdos disponibilizados no livro didático? E as atividades que são propostas no livro?
Você acha que o livro tem a ver com a realidade do jovem e do adulto do campo? Por que?
Como você avalia o livro didático?
Você mudaria algo no livro? Se sim, o quê?

Aspectos a serem analisados no livro didático	
1-	Relação com o campo (Imagens e termos referentes ao campo);
2-	Nível de exigências das atividades;
3-	Questões do cotidiano dos sujeitos, jovens e adultos;
4-	Construção do enunciado (Conhecimento que mobiliza para resolver/Pessoas que não dominam a leitura).